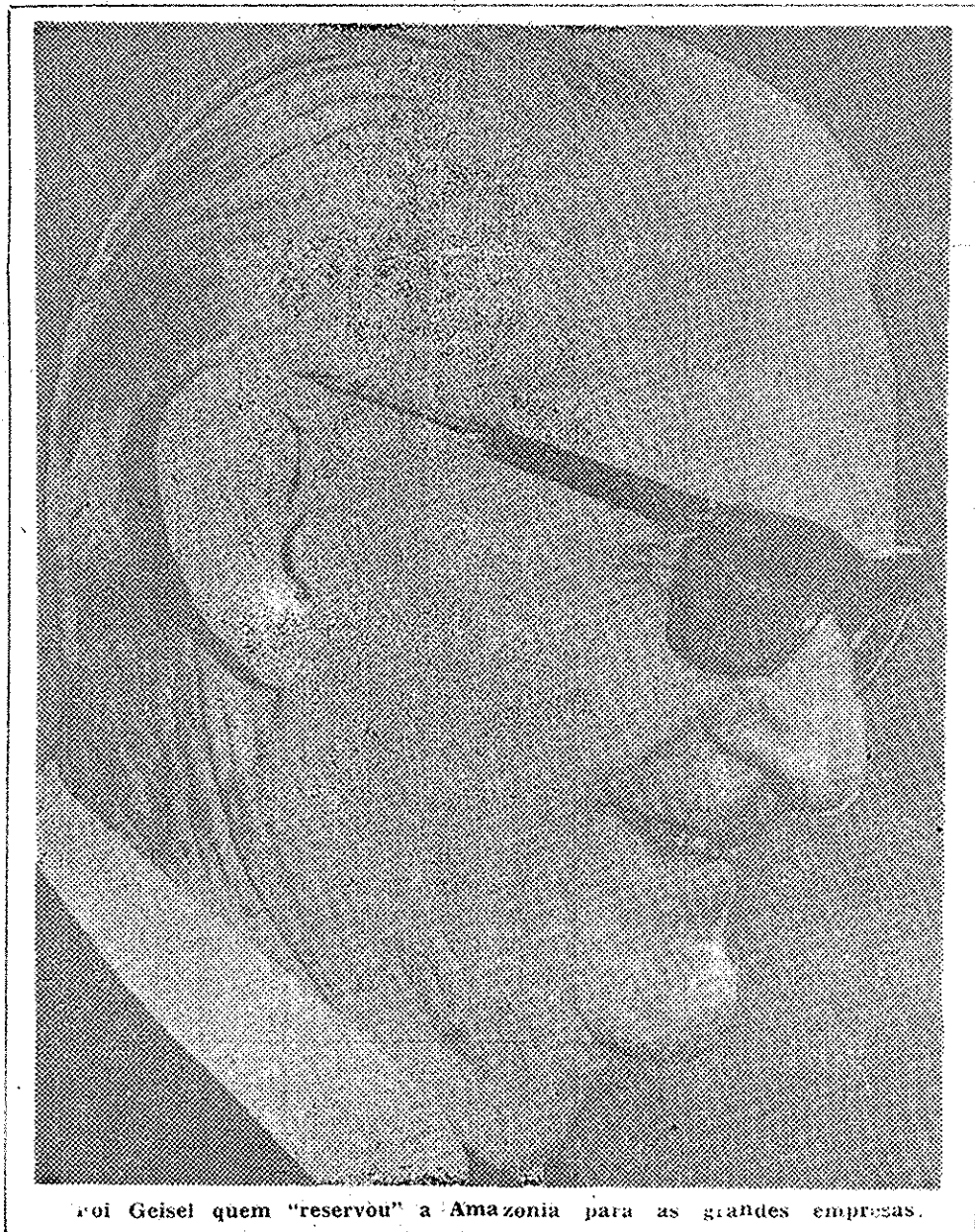


190
ORLANDO VALVERDE:

Amazônia entregue às multinacionais



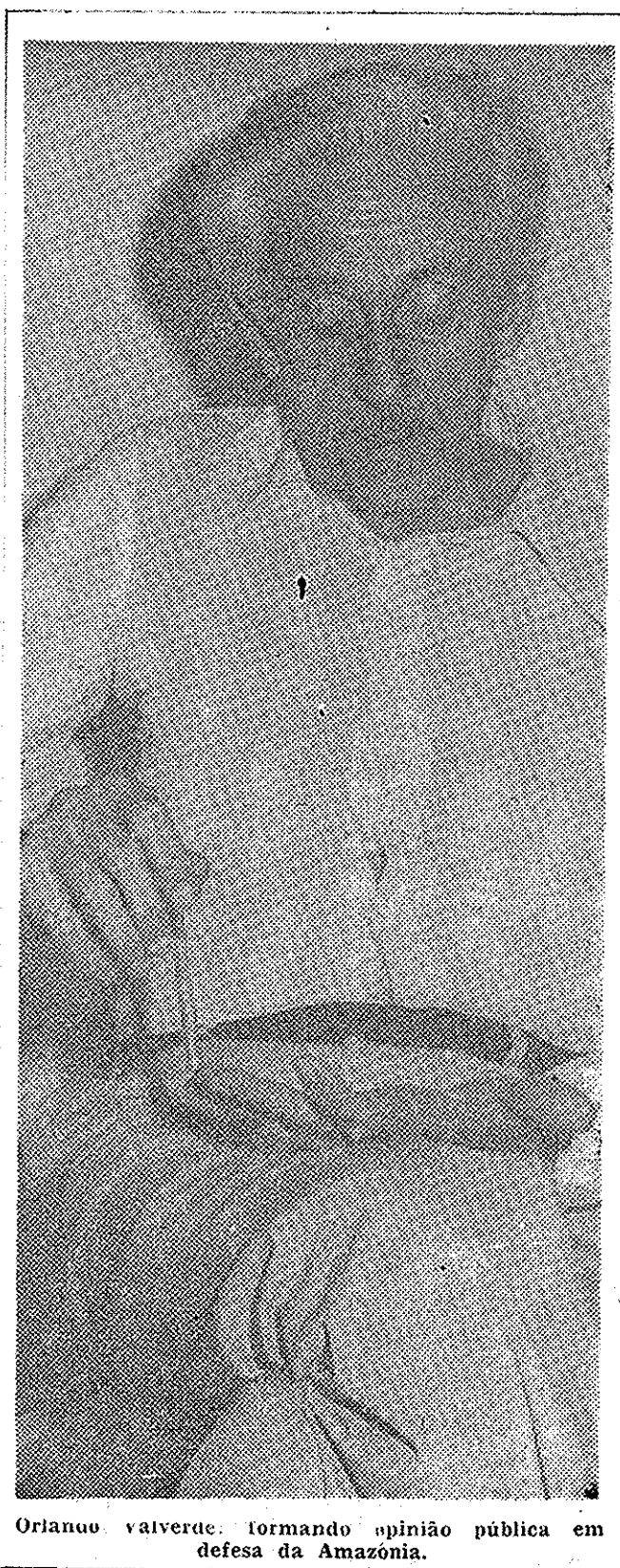
foi Geisel quem "reservou" a Amazonia para as grandes empresas.

O geógrafo Orlando Valverde é um dos lutadores da Campanha Nacional de Defesa e pelo Desenvolvimento da Amazônia. A CNDDA, em pleno auge da ditadura militar, conseguiu formar a opinião pública e levou o Estado Maior das Forças Armadas a vetar o projeto do grande lago amazônico, que inundaria uma área do tamanho do Estado de São Paulo. Ele

conta como o governo Castelo Branco abriu a Amazônia à penetração em massa das multinacionais. E como Geisel intensificou essa ocupação, negando o financiamento às pequenas propriedades e oferecendo incentivos às empresas rurais. E, como sob esse pretexto, especulou-se com terra e surgiram modernos negreiros vendendo mão-de-obra escrava.



Ludwig entrou na Amazonia, com título de fazendeiro, por intermédio de Roberto Campos.



Orlando Valverde, tomando opinião pública em defesa da Amazonia.

ENTREVISTA A CONSUELO LINS
 FOTOS ARQUIVO T 1

A Amazônia é uma das regiões do mundo onde há maior concentração de empresas multinacionais. Quando se intensificou a entrada do capital estrangeiro na região e quais as consequências desse fato?

Bom, a penetração das multinacionais em massa na Amazônia na segunda metade da década de 60, com a questão da Zona Franca de Manaus, a entrada do senhor Ludwig no Jari, com a compra daquelas terras de título duvidoso por intermédio do senhor Roberto Campos, então ministro do Planejamento do governo Castelo Branco, entre outros episódios, a partir daí, teve início a especulação das terras e dos projetos governamentais, como o da Transamazônica, cuja principal consequência foi enriquecer as grandes empresas rodoviárias, que se tornaram multinacionais. Empresas como Camargo Correa e Mendes Jr. se tornaram multinacionais e atuam hoje em dia no Iraque, na Mauritânia, Argélia, Chile e daí por diante. A maior reviravolta da política amazônica se deu no governo Geisel, com a determinação de que não funcionaria mais minifúndios, mas apenas empresas rurais, que tornariam a Amazônia exportadora de carne, uma vez que a carne magra do zebu estava com um preço nunca antes atingido. A intenção era formar um plantel de dois milhões de cabeças, através de incentivos fiscais e financiamentos da SUDAM, que eram feitos em três cotas: para derrubar a mata-plátio das pastagens e formação dos plantéis. Pretendia-se fazer também com fiscalização, coisa que foi absolutamente deficiente. Então, entraram de roldão multinacionais como a Liquefarma, Volkswagen, Jari e ainda empresas nacionais como Tamacavi do Silvio Santos, Bordon, de Mato Grosso do Sul, Sul América, Varig-Cruzeiro, todas com incentivos da SUDAM.

A ocupação através dos grandes projetos foi então o modelo escolhido pelo governo para a Amazônia...
 E, sob esse pretexto, especulou-se sobre a terra e explorou-se a mão-de-obra, através de um trabalho praticamente escravo.

E nesse processo de ocupação como se situou o homem da Amazônia?

A população que foi trabalhar nesses projetos não foi a da Amazônia, mas principalmente do Nordeste e sobretudo do Estado do Maranhão. Ai havia uma região com muita grilagem de terra e uma frente pioneira de posseiros muito importante, que foi atraída pelo dinheiro que era acenado, fazendo enfim um tráfico de mão-de-obra, como se fazia com os escravos. Eles eram levados para lá já vigiados e descontados em seus futuros salários as despesas da viagem. Esses traficantes, ao invés de se chamarem negreiros, como no tempo dos escravos, chamam-se gatos. Esses trabalhadores iam para as empresas, derrubavam a mata, queimavam a mata e depois eram mandados embora sem nenhuma indenização, e às vezes não tinham dinheiro nem para voltar.

E o índio?

O que estão fazendo com a fauna e com a flora estão fazendo com os nativos. Os nativos representam uma adaptação ecológica extraordinária que nós, chamados civilizados, não possuímos. Eles são pessoas adaptadas às condições locais, que conhecem as plantas, os animais, empiricamente conhecem o solo, sabem o que pode ser tirado da floresta. Os índios sempre foram vítimas, desde os tempos coloniais, quando eram escravizados para construir cidades e atualmente o que se fez de notável com o Serviço de Proteção ao Índio, sob a orientação de Rondón, foi totalmente abandonado. Hoje em dia a Funai, em nome da segurança nacional, afasta os índios de uma região, como se estivéssemos em guerra. Os índios, entretanto, é que são a segurança para a nossa nacionalidade, porque ninguém mais brasileiro do que eles.

QUAIS os índices de devastação que a região alcança?

A devastação na região pode ser acompanhada até o final da década de 70, enquanto o controle era feito pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais — INPE —, por convênio com a SUDAM. Foi notado então que até o fim de 1978 o índice estava por volta de 3% e que entre 1975 e 78, ou seja, em três anos, a devastação

havia crescido em 169%. No entanto, o INPE não tem uma infraestrutura para prosseguir nisso e passou o controle das imagens de satélite para o IBDF, caindo a partir daí uma cortina de obscuridade. Não se sabe mais nada sobre devastação.

E onde se encontram as áreas mais afetadas?

O Sudeste do Pará, essa região onde há o conflito do vale do Araguaia, o Oeste do Maranhão, que está todo devastado, o extremo Norte de Goiás, o Nordeste do Mato Grosso e Rondônia, por causa da colonização e dos posseiros que para lá afluem. No Acre também há muita devastação por especulação de terra por latifúndios, usando inclusive desfolhante — que foi usado no Vietnã — para expulsar índios, posseiros e seringueiros, que estão indo para o Branco ou para a Bolívia.

Ao que você atribui todos esses conflitos?

Os posseiros e seringueiros querem possuir a terra em que trabalham e até agora esse direito lhes foi negado. Essa demagogia que se faz na televisão, de que o presidente da República e os ministros estariam distribuindo títulos de propriedade é uma gota de água no oceano, porque é um número ínfimo em relação às reais necessidades da população da região. Além disso, a produção agrícola e mesmo pastoril está baseada sobretudo em propriedades pequenas e não em latifúndios conforme o governo formou e financiou.

E a atuação do INCRA nessas questões?

O INCRA foi quase desativado depois da Transamazônica. Ele cometeu alguns erros e nós estamos inclusive estudando criticamente o valor da colonização ao longo da Transamazônica e seus ramais. As maiores concentrações foram naturalmente em Rondônia e no Sul do Pará. O INCRA não exerceu suas funções, além de ter sido feito precipitadamente, com alguns erros que já tinham sido inclusive evitados na velha colonização, no Sul do Brasil desde o século passado.

A CNDDA — Campanha Nacional de Defesa e pelo Desenvolvimento da Amazônia — e outras entidades afins obtiveram êxito nessa luta? Tivemos, no começo de nossa

luta em 1967, uma grande vitória, quando conseguimos desmantelar o projeto do grande lago amazônico, do tamanho do Estado de São Paulo e não era para produzir energia elétrica não. Apenas para ter acesso, por via líquida, às jazidas minerais e reservas florestais das partes mais altas da Amazônia. Nós formamos a opinião pública no auge da ditadura militar, e com isso o Estado-Maior das Forças Armadas vedou essa penetração.

Como você viu a venda do Jari?

Por um lado, a venda do Jari foi uma vitória da pressão da opinião pública brasileira, porque obrigou o sr. Ludwig a recuar e o perigo de uma intervenção militar americana fica diminuído, visto que ele não pode atuar diretamente, mas por meio de testa-de-ferro. O testa-de-ferro no caso é o sr. Antunes e naturalmente aqueles cinco diretores que ele está nomeando. Entretanto, os outros vinte e três empresários brasileiros poderão nomear quatro diretores cada um. O Banco do Brasil pagará a dívida que o sr. Ludwig fez e não pagou, o restante, porque uma parte já foi paga pelo BNDE, ou seja, 180 milhões de dólares, e não terá direito a voto. Ele aliás estava procurando, como todo o brasileiro, uma empresa em que pudessemos deliberar sobre as despesas e o Banco do Brasil se encarregaria de pagá-las. Isso é um negócio que só no Brasil acontece. Essa compra do Jari por empresários brasileiros foi uma falsa nacionalização porque o sr. Ludwig continua a controlar, recebendo inclusive royalties de não sei o que — porque não trouxe nenhuma tecnologia nova —, até o ano 2030, e como ele tem 84 anos receberá até depois de morto. A máfia que ele criou na Suíça, com outros multimilionários, o tal Ludwig Institut for Cancer Research, que não tem nada a ver com pesquisa de câncer, herdará sua fortuna. É uma máfia, uma reunião de bandidos.

POR QUE então sua afirmação de que por um lado foi uma vitória, já que foi uma falsa nacionalização?

A única vantagem foi que diminuiu a possibilidade de uma intervenção armada americana sob pretexto de defender os capitais americanos. Isso eles não poderiam mais porque está entregue a

testas-de-ferro. Sei que se eles quiserem intervir, intervirão, não precisa pretexto nem hora como, está ocorrendo em El Salvador e não acontece nada, mas de qualquer maneira é melhor.

A devastação causada pelo Jari foi muito grande?

Foi. Eles têm atualmente cerca de 120 mil hectares plantados só com duas árvores: a gmelina arbórea e pinus caribéa, que são árvores exóticas. Transformar a heterogênea da Amazônia numa mata homogênea é um crime contra a ecologia, e sempre deu mal resultados e tanto está dando que o sr. Ludwig sabe, porque agora ele tem lucro certo, sem nenhum investimento. E essa devastação vai continuar porque o sr. Antunes criou uma subsidiária chamada AMCEL — Amazônia Celulose, para plantar uma enorme área praticamente adjacente ao Jari com essas duas árvores exóticas. O plano é plantar 200 mil hectares, o que é uma loucura. O solo está sendo danificado para sempre e o que vão deixar para o Brasil é um bagaço e a miséria, depois deles terem levado todos os lucros. O objetivo é o maior lucro possível no mais curto prazo.

A Amazônia se transformará num deserto?

No tabuleiro terciário, na maior parte da parte sedimentar, é verdade, mas não é absoluto, pois há grandes áreas com solo muito fértil. No município de Altamira, por exemplo, existe uma área com 23 mil quilômetros quadrados de terra roxa legítima.

E o Projeto Carajás?

Se Carajás fosse judiciosamente explorado em benefício do povo brasileiro e principalmente do povo da Amazônia poderia transformar o Brasil num prazo de vinte anos, num país totalmente desenvolvido sem nenhum financiamento estrangeiro, porque talvez seja o maior distrito metalífero do mundo. A serra dos Carajás tem 18 bilhões de toneladas de minério de ferro com o teor mais alto que se conhece e, tem ainda, adjacente a ele, o projeto azul que arbrange 45 milhões de toneladas de manganes com teor na ordem de 43%, além de jazidas de níquel, reservas de cobre, estanho, alumínio, caulim, e possibilida-

des de encontrar ouro: entre outras coisas.

O que tem sido feito em termos de mobilização da sociedade para impedir essa entrega?

Existem inúmeras entidades trabalhando nisso e no ano passado foi realizado um Simpósio Internacional de Defesa pelo Desenvolvimento da Amazônia. Há inclusive entidades internacionais interessadas nesse patrimônio que é da própria terra. Estamos elaborando uma conclusão e uma declaração de princípios mostrando o caminho a ser seguido em defesa dos países amazônicos e das populações que lá habitam, para mais tarde, perante a história, não surgirem alegações que não foram advertidos. Esse documento será enviado a intelectuais, congressistas, ministros e entidades internacionais. Estamos no limiar de uma revolução energética que tem origem como fontes principais a irradiação solar e a disponibilidade de água. O Brasil é o país que recebe maior quantidade de irradiação solar do mundo e que dispõe de maior quantidade de reservas hídricas, o rio Amazonas corresponde a um quinze avos de todos os outros rios do mundo reunidos. Temos então uma flora extraordinária e o que precisa ser feito é uma industrialização na própria região, porque aí vai acumular capital. O governo está com uma tática de fazer um projeto faraônico, a ser realizado em dez anos que vai envolver 60 bilhões de dólares e isso não não temos. Mas, se nos prolongássemos esse tempo para vinte anos e ao invés de destinar o dinheiro para pagar dívida externa fosse feito um reestamento, poderíamos reduzir drasticamente a menos da terça parte e faríamos investimentos anuais de três milhões de dólares, o que está perfeitamente ao alcance do povo brasileiro. Mas isso a partir da industrialização de certas áreas da região e conservando a maior parte da floresta de acordo com os conselhos dos técnicos. A Amazônia não deve ser transformada numa região devastada com amostras daquilo que foi ao contrário, ela deve ter áreas restritas entregues à exploração industrial, agro-pastoril, áreas pequenas e dispersas.